

Para onde caminha a indústria brasileira?

O setor industrial brasileiro diminuiu, claramente, sua participação percentual no PIB desde o início dos anos 80. Mas este "encolhimento relativo" fez com que voltasse a ter uma dimensão semelhante à de países com características econômicas parecidas com as do Brasil. Nos anos 90, a sua participação no produto total evoluiu sempre próxima ao padrão internacional. Isto indica que o movimento de redução não deve continuar no futuro.

Dadas as tendências demográficas para o horizonte 1997-2020, caso a indústria permaneça obedecendo a este padrão, a produtividade industrial poderá crescer 4% ao ano e a renda per capita outros 4,5%, sem que haja pressão excessiva sobre o mercado de trabalho. Ou seja, não deve haver nem tendência ao agrava-

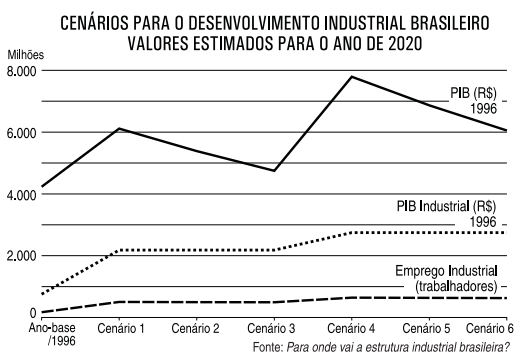
mento do desemprego nem ao superemprego. Neste cenário, a indústria chegaria a 2020 com uma participação de 22,4% do PIB total, bem perto dos atuais 22,7%. O produto industrial corresponderia, então, a R\$ 628 bilhões (em valores de 1996) e o setor estaria empregando cerca de oito milhões de trabalhadores.

Todos estes elementos permitem concluir que o desenvolvimento industrial brasileiro pode ocorrer sem grandes traumas ao longo das próximas décadas. Já estamos relativamente ajustados ao padrão internacional.

Estamos falando de um resultado funda-

mental do texto para discussão no qual Regis Bonelli e Robson Gonçalves analisam a evolução da indústria brasileira desde 1980 e traçam cenários até 2020.

(Página 3)



Novas fontes podem alimentar agricultura

Com o esgotamento do modelo tradicional de financiamento da agricultura, apoiado basicamente em recursos do Tesouro Nacional e com taxas de juros subsidiadas, surgem propostas de formas alternativas.

O novo modelo busca participação do setor privado, apoia-se nos mecanismos de títulos e cria instrumentos de minimização de riscos por meio de seguradoras e Bolsas de Valores. Tudo isto em sintonia com o processo de globalização e abertura de mercado.

José Garcia Gasques e Carlos Monteiro Villa Verde vêm estudando o assunto e

mostram que a legislação de alguns fundos permite a utilização de seus recursos para aplicações na agricultura. Este é o caso das Entidades Fechadas de Previdência Privada (EFPP), mais conhecidas como fundos de pensão, os Fundos de Aposentadoria Programada Individual (FAPI) e os Fundos de Investimentos em Empresas Emergentes (FIEE). É disso que trata o texto para discussão que assinam – *Financiamento da agricultura: outras alternativas* – e que o Ipea acaba de publicar.

(Página 3)

MEDINDO A PRODUTIVIDADE

Pelas contas nacionais do IBGE, recentemente reformuladas, o setor industrial obteve 17% de produção a mais e 13,5% de emprego a menos, de 1990 a 1996. No entanto, as suas pesquisas mensais apontam aumento de 11,9% na produção e queda de 30,2% no emprego na indústria. Isto explica as diferenças entre os resultados do crescimento global da produtividade industrial calculada a partir dessas fontes de dados. Palavra de Claudio Considera no *Boletim Mercado de Trabalho*.

(Página 4)

COMÉRCIO EXTERIOR GANHA NOVOS ÍNDICES

O movimento das importações pode ser acompanhado a partir de agora por índices que mostram a evolução de preços e de quantidade dos produtos importados. Com o lançamento, no dia 31 de março, saem os resultados de janeiro e fevereiro deste ano, bem como uma série histórica retroativa aos anos 70. O mesmo acontece com os índices referentes às exportações. Estes, no entanto, já vêm sendo divulgados desde março do ano passado – dez anos depois da FGV deixar de calculá-los e, dando início ao projeto Ipea/ Funcex, que tem o apoio da Fundação Banco do Brasil.

(Página 2)

NORTE E NORDESTE MERECEM ATENÇÃO

O Norte e o Nordeste, regiões de menor renda per capita do país, vêm recebendo crescente atenção do Ipea, que tem participado diretamente da *Iniciativa pelo Nordeste*, além de estudar a política e o desenvolvimento regional do Norte. *Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia, 1960/1995*, ressalta a mudança radical de postura do governo federal em relação à Amazônia. Basta comparar a sua atuação nos anos áureos da borracha (até a primeira década deste Século) e no período agora estudado.

(Página 4)

LEVANDO EM CONTA O NÍVEL DE RENDA

O mais importante para determinar ou regulamentar tarifas dos serviços de utilidade pública é usar instrumentos que a microeconomia e a teoria da organização industrial oferecem. Na prática, entretanto, a tradição de algumas prestadoras destes serviços é estabelecer preços de forma arbitrária, algumas vezes recorrendo apenas a princípios contábeis.

(Página 2)

PARA DETERMINAR PREÇOS PÚBLICOS

Aspectos distributivos na determinação de preços públicos, tese de Thompson Andrade, que ganhou o prêmio da Anpec, examina diferentes formas de calcular as tarifas dos serviços de utilidade pública. É preciso levar em conta, além dos custos de produção, características da demanda apresentadas pelos usuários (quanto estão dispostos a pagar) e algum outro objetivo que condicione, se for o caso, o nível da tarifa para os usuários de baixa renda.

Tarifas adequadas

As tarifas devem ser capazes de cobrir custos, permitir investimentos que preservem a qualidade e aumentem a capacidade de produção e garantir rentabilidade para as empresas privadas prestadoras dos serviços. Isto era secundário, até começarem mudanças institucionais na infra-estrutura. Dificuldades para corrigir preços – alimentadores da inflação –, provocaram falta de investimentos, com efeitos sobre a qualidade do serviço, como no caso da Light.

Medindo o consumo

O consumo medido é um direito do usuário. Se for usada estimativa, é fundamental que tenha metodologia que a aproxime do consumo efetivo. No caso de saneamento, estudos mostram que as famílias pobres acabam pagando tarifa média mais alta. Os usuários não-pobres, para os quais não se justifica uma proteção social, beneficiam-se das tarifas mais baixas porque os consumos se assemelham.

Thompson define a estrutura tarifária em função da renda do usuário e não do consumo, quando a meta é beneficiar os mais pobres. A questão que surgiu com a privatização é como adequar as formas tradicionais de regular os preços cobrados pelos concessionários privados (taxa de retorno, *price cap*) com os objetivos sociais que a tarifação deve atingir no caso brasileiro. "Além das conhecidas vantagens e desvantagens econômicas, nenhuma das duas garante *a priori* o alcance destes objetivos", adianta o autor, justamente quando começam a operar no país agências de regulação, como a Aneel e a Anatel.

Índices acompanham preços e quantidade dos importados

A partir de agora, todos os meses, serão divulgados índices de preços e *quantum* das importações e das exportações brasileiras, com defasagem necessária apenas para cumprir todas as etapas de elaboração, ou seja,

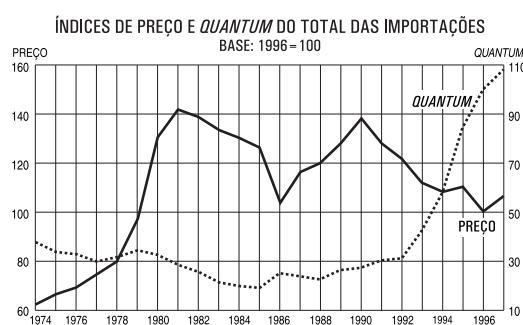
cerca de 30 dias depois de fechado o mês de referência. As informações dão conta do total importado e exportado, abrem-se em categorias de uso (bens intermediários, de capital, de consumo durável e não-durável e combustíveis), em 26 setores exportadores e 29 importadores e, para as exportações, também em classes de produtos (básicos, semimanufaturados e manufaturados).

Quantum em 24 anos

A evolução dos índices anuais de preços e de *quantum* do total das importações revela alguns fatos novos. Em termos de *quantum*, merece registro o fato de a quantidade importada em 1985 ter sido a metade da importada em 1974. A redução começou com o fechamento da economia no início do período e se intensificou a partir do segundo choque do petróleo e da crise da dívida. O aumento real voltou gradativamente, a partir de meados dos anos 80, conforme melhoravam as contas externas. Em 1988/1989, as primeiras medidas de abertura comercial imprimiram um ritmo mais acelerado a esse crescimento. Já em julho de 1993, a conclusão do processo de redução tarifária fez com que o indicador retomasse os níveis de 1974. Mas, como proporção do PIB, o patamar de 1974 (5,4% do PIB) só foi ultrapassado em 1995 (6,9% do PIB). Finalmente, em 1997, o índice de *quantum* foi quatro vezes superior ao de 1989, reflexo da intensidade e da velocidade do processo de abertura da economia brasileira.

Termos de troca melhores

Um fato pouco conhecido é a significativa melhora ocorrida nos termos de troca entre 1993 e 1996, que ressalta da análise da evolução do índice de preços da década de 70 até o ano passado. Há fases bem distintas. Nos anos 70 e até 1981, os preços subiram com a inflação americana e, em 1978, também devido ao choque do petróleo. De 1981 a 1986, diminuíram com a valorização do



dólar frente a outras moedas fortes (o índice de preços para combustíveis caiu 53% de 1985 para 1986). Mas entre 1987 e 1990, houve reversão da situação, com a desvalorização do dólar e o aumento de 59% no

índice de preços das importações de combustíveis. De 1991 a 1996, ocorreu uma substantiva redução do preço das importações e uma outra reversão de situação se esboçou no ano passado.

Preços em queda

A fase da redução dos preços de importação (1991-1996) é a que provoca mais curiosidade, pois envolve aumento real da quantidade e pauta mais diversificada, na qual o agregado não reflete o comportamento de um grupo pequeno de produtos. Esta tendência de queda pode ser explicada pelos benefícios obtidos para os preços unitários com uma escala maior de importação; por essa diversificação de produtos estar associada à diversificação de fornecedores; e por um possível superfaturamento das importações do final da década de 80 ter sido superado, devido à redução do ágio no mercado paralelo de divisas. Mas estas são apenas hipóteses que podem, ou não, ser confirmadas com estudos mais exaustivos.

Textos metodológicos

Estão sendo também lançados dois textos sobre os procedimentos adotados. Um deles se refere ao cálculo dos índices de importação. O outro, trata da compatibilização das séries de preços e de *quantum* da exportação e da importação 1974/1996 à Nomenclatura Comum do Mercosul, que substituiu a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, no ano passado. Traz, ainda, as novas séries divulgadas a partir de 1997. Quanto à metodologia do cálculo dos índices foi publicada em textos para discussão disponíveis há cerca de um ano. É importante lembrar, ainda, que junto com os índices são sempre liberadas séries históricas anuais e mensais (ou trimestrais, no caso dos índices setoriais) cuja origem remonta à década de 70.

N.R.: Esta edição de *Visor Ipea* foi fechada antes de serem liberados os indicadores referentes a janeiro e fevereiro deste ano, que deverão ser anunciados em 31 de março.

VISOR IPEA é uma publicação mensal do

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

SBS - Qd. I/ Bl. J - Ed. BNDES/ 11º and. - 70076-900 - Brasília/DF

Tel.: (061) 315-5276 Fax: (061) 223-5282

Av. Pres. Antonio Carlos, 51/16º and. - 20020-010 - Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (021) 220-7679 Fax: (021) 240-0576

Internet <http://www.ipea.gov.br> - E-mail: visor@ipea.gov.br

EDITORA Shirley Soares (Reg.Prof. nº 12.466 MTb-RJ)

EDITORAÇÃO Weissenberg

Foram utilizados dados disponíveis até 26/03/98

Permitida a transcrição total ou parcial de matéria publicada, desde que citada a fonte VISOR IPEA

VISITE O ESTANDE DO IPEA NA XV BIENAL INTERNACIONAL DO LIVRO

De 29 de abril a 10 de maio, das 10h às 22 horas, na Expo Center Norte, em São Paulo.



Saiba o que o Ipea produz. Conheça melhor o Brasil.



Estamos esperando a sua visita no estande O303 do Pavilhão Verde.

Indústria brasileira retoma o rumo do desenvolvimento

Em *Para onde vai a estrutura industrial brasileira?* Regis Bonelli e Robson Gonçalves mostram que a indústria brasileira passou por um movimento de adequação de sua participação no PIB desde 1980. A parcela industrial no produto interno bruto total era excessiva para os padrões internacionais, fato herdado do período de desenvolvimento por substituição de importações. Mas este viés já havia desaparecido quase por completo na primeira metade dos anos 90, aproximando o Brasil do padrão médio internacional. Muitos outros países atravessaram processo semelhante, em um autêntico movimento de convergência em nível internacional. No caso brasileiro, houve ainda um relativo aumento da participação de segmentos dinâmicos no interior da indústria, tais como os de material elétrico e de transporte. Este fato aproximou a estrutura industrial do perfil observado nos países desenvolvidos.

Perfis variados

O estudo, que acaba de ser publicado, revela a posição do Brasil frente a uma amostra de 80 países dos quais foram obtidas informações sobre PIB per capita, produtividade, população e estrutura industrial. É possível notar a existência de diferentes grupos de países, cada qual caracterizado por perfil e participação da indústria no PIB total bem típicos. Os grupos identificados vão desde os países pequenos e os grandes exportadores de petróleo, pouco industrializados, até as economias ex-socialistas, super-industrializadas. Outro grupo é o de "países continentais", de grandes dimensões e

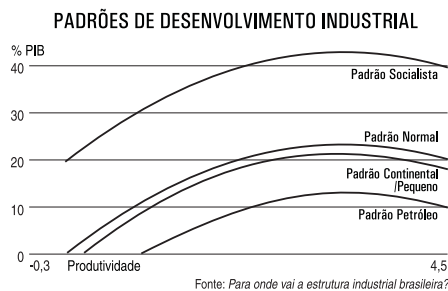
com agricultura desenvolvida ou em rápido desenvolvimento.

Um país continental

O Brasil possui características do grupo de "países continentais", que inclui EUA, Canadá, Rússia, China e Austrália. Os "países continentais" sem passado socialista têm uma parcela industrial no PIB um pouco abaixo do padrão internacional, principalmente devido à importância da agricultura. Em todos eles, porém, a participação da indústria no produto total tem diminuído, como ocorreu no Brasil.

Trajétória simulada

Admitindo que o desenvolvimento industrial vai continuar nos trilhos dos padrões identificados, é possível utilizar a trajetória estimada no estudo para indicar os prováveis rumos para o futuro. Este esforço de construção de cenários utiliza hipóteses alternativas para a evolução de variáveis como a produtividade e a renda per capita, o que permite estimar a própria participação futura da indústria no PIB, além da evolução do emprego industrial. "Este estudo dá uma moldura geral, a partir de resultados condicionais, a qual servirá de base para um projeto de pesquisa mais ambicioso", dizem os autores. O mais importante é que "lança luz sobre as tendências prováveis para o desenvolvimento a longo prazo, indicando rumos que poderão ser seguidos no futuro, em uma etapa já bastante distante dos cânones sob os quais se deram as primeiras etapas de nossa industrialização".



veis para o desenvolvimento a longo prazo, indicando rumos que poderão ser seguidos no futuro, em uma etapa já bastante distante dos cânones sob os quais se deram as primeiras etapas de nossa industrialização".

CRÉDITO RURAL PODE SER DUPLICADO

As expectativas de crescimento dos ativos dos fundos de pensão são bastante otimistas. Fecharam 1996 com R\$ 68.982 milhões, 1997 com US\$74.244 milhões e, dependendo do cenário, podem mais do que triplicar este valor em 2005, chegando a algo em torno de US\$ 193.832 milhões a US\$254.977. Então, e levando em conta a legislação, os fundos de pensão estarão prontos para injetar entre US\$5,7 bilhões e US\$ 7,6 bilhões na produção agrícola.

José Garcia Gasques e Carlos Monteiro Villa Verde afirmam em *Financiamento da agricultura: outras alternativas*: "Considerando que em 1996 foram aplicados US\$ 8,1 bilhões por intermédio do crédito rural, conclui-se que os fundos de pensão permitiriam quase duplicar o que hoje vem sendo aplicado". Feitas as contas, no ano passado, deixaram de injetar R\$2 bilhões no setor.

Mais alternativas

Outra fonte alternativa seria o Fundo de Aposentadoria Programada Individual (FAPI), recentemente criado. Como os fundos de pensão, tem uma série de vantagens e pode aplicar em mercados organizados de derivativos, dentro de determinadas condições. Já os Fundos de Investimentos em Empresas Emergentes (FIEE), apresentados como alternativa para o crédito bancário de pequenas e médias empresas, têm justamente nos fundos de pensão a sua principal fonte de recursos.

Menos riscos

Os altos riscos dos investimentos na agricultura impõem medidas que estimulem o setor privado, como foi feito com os fundos de pensão e de aposentadoria programada. Os autores sugerem, por exemplo, reduzir ou isentar – pessoas físicas e jurídicas – do Imposto de Renda sobre títulos de produtos agrícolas, e isentar do IOF operações com futuros agrícolas. Para eles, a perda tributária significa, na verdade, um triplo ganho: cria fontes privadas de financiamento da agricultura; acaba com a evasão fiscal e, portanto, aumenta a arrecadação, e diminui os gastos governamentais nas operações de comercialização, representadas pela equalização de preços e taxas de juros.

Com certeza, o governo teria uma considerável economia de recursos se viabilizasse os mecanismos que abrem espaço para maior participação do setor privado na comercialização e financiamento da produção agrícola. Destacam, ainda, que estas novas fontes beneficiariam especialmente a agricultura comercial, e que o governo continuaria mantendo linhas de crédito como o Pronaf para a agricultura familiar.

TREINAMENTO

Seminário do Cendec conta experiências

Experiências inovadoras no planejamento e gestão governamentais reúne em Brasília, no final deste mês, os secretários de planejamento dos governos estaduais e das prefeituras das capitais e técnicos da área de planejamento e secretarias-fim do governo federal. São cerca de 150 participantes. Muitos já passaram pelo Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico e Social (Cendec), do Ipea, que promove este seminário "atendendo demanda de ex-treinandos", segundo Ronaldo Coutinho Garcia, coordenador do Cendec.

Conferência e três painéis

A conferência de abertura será feita pelo vice-governador e secretário de Planejamento do Estado de Minas Gerais, Walfrido dos Mares Guia

Neto. Ele falará sobre a importância da programação, do acompanhamento e da avaliação para o planejamento e a gestão governamentais, em mesa presidida por Fernando Rezende, presidente do Ipea. Já nos painéis, serão relatadas importantes experiências. Entre elas, a do Programa Brasil em Ação; da gestão participativa do Ceará; dos sistemas estratégicos de informações do Estado de São Paulo e de planejamento da Bahia, e do sistema de acompanhamento governamental do Distrito Federal, de Minas Gerais e de Curitiba. Um painel será dedicado ao debate da experiência de orçamento participativo, contando com os casos de Porto Alegre – um exemplo pioneiro –, do Distrito Federal e de Belo Horizonte.

Pesquisa destaca dinamismo da economia amazônica

A taxa de crescimento médio anual da economia da Região Norte foi excepcionalmente elevada nos últimos 35 anos: 8,4%. Com isso, se situa bem acima dos 5,2% da média nacional no período. A informação é de Gustavo Maia Gomes e José Raimundo Vergolino, em *Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia*. O estudo resulta de colaboração entre o Ipea, a Sudam e a Universidade Federal de Pernambuco, e está sendo lançado como texto para discussão.

Saldo positivo

Os pesquisadores alertam para o fato de que em termos de produto per capita essa diferença não é tão grande assim. Há um efeito demográfico. O PIB teve que ser dividido por um número de habitantes bem maior. É que a população do Norte também

vem crescendo muito, e em ritmo mais acelerado do que o do País como um todo. O saldo, entretanto, permanece positivo para a região, mesmo depois de descontado esse efeito demográfico.

Roraima e Rondônia lideram esse crescimento do PIB, com taxas superiores a 10% ao ano, de 1970 a 1994, período para o qual os dados se encontravam disponíveis quando a pesquisa foi realizada. Mas as economias dos demais estados da região também

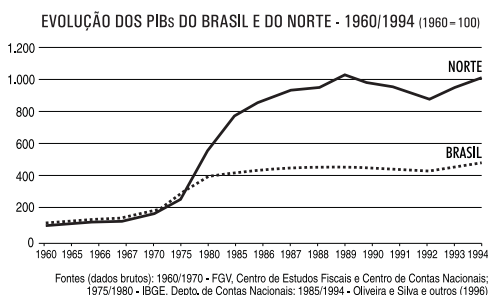
mostraram bastante dinamismo, pois cresceram, no mínimo, 7% ao ano.

O estudo mostra uma mudança importante no comércio de bens do Norte nos anos 90. A região se tornou superavitária. E exporta mais do que importa tanto com relação aos países estrangeiros quanto ao restante do país. Neste ponto, registra-se uma assimetria importante entre a economia amazônica e a nordestina, que apresenta déficit no seu comércio global.

Presença do Estado

Em termos quantitativos, nos últimos 35 anos, tanto os governos municipais e estaduais quanto o federal – e este, em especial – tiveram grande responsabilidade no crescimento econômico da Amazônia. Essa contribuição pode ser medida pela demanda (gastos públicos, independentemente do conteúdo) e pela oferta, que inclui o investimento estatal e a destinação de recursos públicos para financiar, sobretudo, o investimento privado.

Quanto às perspectivas de crescimento econômico, os autores opinam: “O setor público precisará manter na região uma presença relativamente forte, embora distinta da que prevaleceu no passado recente”.



INICIATIVA PELO NORDESTE ENTRA EM FASE OPERACIONAL

A *Iniciativa pelo Nordeste* entra em fase operacional. É que está sendo assinado contrato com o consórcio de consultores nacionais e internacionais. O contrato define as ações necessárias para melhorar a competitividade internacional da região nos *clusters* de turismo, fruticultura, grãos e de informática.

Vantagem potencial

A *Iniciativa pelo Nordeste* pretende contribuir para o desenvolvimento regional estimulando a melhoria de competitividade. A idéia é atuar em aglomerados de atividades nos quais o Nordeste tem manifesta vantagem potencial, como no caso dos quatro *clusters* que serão trabalhados.

Removendo bloqueios

O consórcio de consultores fará muito mais do que um estudo. Além de apontar os fatores que reduzem a eficiência produtiva nestes setores, o seu trabalho já reunirá os principais atores institucionais em cada área. Deles, obterá a concordância para a colaboração em uma série de ações que têm por finalidade remover os bloqueios que interferem no alcance de maior produtividade.

Apoio do Ipea

O Ipea co-patrocinou o seminário internacional *O Nordeste na Economia Globalizada*, realizado em outubro de 1996, em Salvador, ponto de partida da *Iniciativa pelo Nordeste*. Desde então, vem participando deste movimento em favor do desenvolvimento econômico da região, que reúne todos os governos estaduais do Nordeste, o BNDES, a Secretaria Especial de Políticas Regionais (Sepre), o Banco do Nordeste, o Banco Mundial e a bancada de senadores da região.

Etapa por etapa

O consórcio vencedor da licitação internacional é composto pelas firmas ICF-Kaiser, que atua no Brasil há 34 anos, Agland Investment Service, Information Design Associates (Idea), Aeri/Irea e Datamétrica.

Os recursos para a realização do trabalho serão supridos pelos governos da Bahia, Ceará e Pernambuco, por meio do uso de parcelas de financiamentos do Banco Mundial, e pela Sepre.

O Ipea participa do Conselho Deliberativo da *Iniciativa pelo Nordeste* e irá acompanhar todas as etapas do trabalho dos consultores nacionais e internacionais.

O que se pode aprender das novas contas nacionais?

As informações das contas nacionais, revisadas pelo IBGE, fornecem elementos para analisar as diferenças entre o sistema, que cobre o país como um todo, e as pesquisas industriais mensais de produção física (PIM-PF) e de dados gerais (PIM-DG), feitas nos principais estados industriais. Estas, estariam subestimando as estatísticas de produção e, mais severamente, as de emprego industrial.

Variável subestimada

“É possível que o emprego esteja sendo subestimado, pois a PIM-DG, cuja amostra tem base no Censo 1985, leva em conta apenas o emprego formal”, diz Claudio Considera, analisando: “As discrepâncias quanto ao valor adicionado e ao emprego fazem com que a produtividade medida pelas pesquisas industriais seja bem maior do que a das contas nacionais”. Segundo o *Boletim Mercado de*

Trabalho, de 1990 a 1996, a média de aumento de produtividade fica em 5% ao ano pelas contas nacionais e chega a 8,2% ao ano pela pesquisa mensal da indústria. “E os 5%, mesmo comparados aos 2,56% da década de 70, representam uma taxa muito elevada”, observa.

Pretensa sobrevalorização

Os resultados, entretanto, se assemelham quando se referem a material de transporte e material elétrico e eletrônico, setores tecnologicamente avançados e

fortemente atingidos pela competição com o exterior. Mais: têm uma proporção de emprego informal menor que os setores dominados por pequenos produtores. “Não há dúvida de que a competitividade dos que estão mais expostos à competição externa aumentou bastante, e isto qualifica melhor a questão da pretensa sobrevalorização do real”, defende Considera.

